



F U N D A Ç Ã O  
GETULIO VARGAS



Escola de Administração  
de Empresas de São Paulo



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – EAESP

GVpesquisa – Conexão Local

Gustavo Freitas Correa

Lucas Cavanha Corsi

Orientadora: Melina Rombach

**O Primeiro Complexo Penitenciário de Parceria  
Público-Privada do Brasil**

São Paulo

2014

## **Agradecimentos**

Este trabalho foi realizado com o incentivo e o apoio financeiro da EAESP-FGV e do GVPesquisa. A estas duas instituições, nossos sinceros agradecimentos, em especial ao professor Rafael Alcadipani, que nos selecionou e nos capacitou para o projeto, e à Isolete Rogeski, que organizou todos os detalhes da nossa viagem. Agradecemos também a nossa orientadora Melina Rombach, cujo auxílio na imersão ao campo foi de vital importância, e aos(às) funcionários(as) das Secretarias de Estado do Governo de Minas Gerais que nos proporcionaram uma experiência incrível. Este trabalho é dedicado a todos vocês. Muito obrigado!

## Sumário

1. Introdução .....	p. 3
2. Metodologia .....	p. 4
3. O Complexo Penitenciário PPP da cidade de Ribeirão das Neves .....	p. 5
3.1 Entendendo o modelo Público-Privado de gestão .....	p. 5
3.2 Relações entre o Consórcio GPA e o Estado de Minas Gerais .....	p. 6
3.3 O Verificador Independente – Accenture .....	p. 7
3.4 Contexto histórico de Ribeirão das Neves .....	p. 8
4. As diferentes visões sobre o Complexo PPP .....	p. 9
4.1 Diretores(as) e corpo estratégico .....	p. 9
4.2 Funcionários(as) .....	p. 9
4.3 Presos .....	p. 10
4.4 Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais .....	p. 11
4.5 População e autoridades de Ribeirão das Neves .....	p. 12
5. Outras penitenciárias e iniciativas em segurança pública .....	p. 13
5.1 Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional .....	p. 13
5.2 Fica Vivo! .....	p. 13
5.3 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados .....	p. 14
5.4 Tornozeleiras .....	p. 14
5.5 Complexo Penitenciário Nelson Hungria .....	p. 15
6. Conclusão e comentários finais .....	p. 16
7. Referências .....	p. 18

## 1. Introdução

Este trabalho tem como base uma pesquisa realizada na região metropolitana de Belo Horizonte com o primeiro Complexo Penitenciário de Parceria Público-Privada do país, inaugurado em Janeiro de 2013 na cidade de Ribeirão das Neves (MG). Nós tivemos a oportunidade de conhecer suas operações e influências, além de outros programas e alternativas no âmbito da segurança pública, principalmente no sistema prisional. Este projeto insere-se no Programa “Conexão Local”, da Fundação Getúlio Vargas. Uma iniciativa que faz parte do Programa de Iniciação à Pesquisa e tem como objetivo estimular o envolvimento de estudantes de graduação da FGV com experiências inovadoras de gestão social e desenvolvimento econômico local, com foco nas áreas de políticas públicas, combate à pobreza e promoção da cidadania.

Com base nesses objetivos, o Complexo Penitenciário PPP, como ele é conhecido, integrou a pauta de experiências da edição 2014 do Conexão Local por possuir um modelo de gestão inovador e lidar com um tema extremamente estigmatizado: a criminalidade. Segundo dados recentes divulgados pelo ICPS (Centro Internacional de Estudos Prisionais), o Brasil possui atualmente a terceira maior população carcerária do mundo, com 711.463 presos (valor este que inclui as prisões domiciliares). Além deste grande contingente, o déficit de vagas no sistema prisional que ultrapassa 350 mil vagas e as superlotações junto às precariedades de infraestrutura e condições da maioria dos presídios, fazem com que o sistema carcerário brasileiro seja bastante problemático.

## 2. Metodologia

A metodologia da pesquisa realizada pelo grupo teve cunho exploratório. A presença física dos pesquisadores, a observação destes aos diversos ambientes explorados e a interlocução com os atores do objeto de pesquisa são as características deste modelo de pesquisa. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado: a dupla conduzia o diálogo com questionamentos, alguns previamente estipulados, permitindo ao entrevistado falar livremente sobre o assunto.

A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de Junho e Julho de 2014 (entre os dias 29/06 e 19/07) na região metropolitana de Belo Horizonte, mais precisamente nas cidades de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Nova Lima e Contagem, além da capital propriamente dita. Pesquisas sobre o tema, no entanto, tiveram início antes da viagem à Minas Gerais com a ida do grupo ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em São Paulo. As conversas com estudiosos do FBSP sobre o sistema prisional e o Complexo Penal PPP permitiram a aproximação da equipe ao assunto. *In loco*, além de estudar as operações e influências do presídio (descritas respectivamente nos itens 3 e 4), o grupo conheceu outras penitenciárias e iniciativas no tema (relatadas no item 5), a fim de situar o Complexo Penal PPP dentro de outros modelos de gestão do sistema prisional do Estado.

### **3. O Complexo Penitenciário PPP da cidade de Ribeirão das Neves**

#### **3.1 Entendendo o modelo Público-Privado de gestão**

As dificuldades do poder público em suprir as necessidades da sociedade de forma eficiente, entregando serviços de infraestrutura com alta demanda de capital e com alto valor administrativo, é um problema encarado pelo Estado há décadas. Assim, essa escassez de recursos públicos tem motivado uma articulação com a iniciativa privada, que na perspectiva do Estado possui maior flexibilidade de alocação de recursos e de processos burocráticos que a máquina estatal. Tal vínculo não era muito bem regulamentado no país, o que motivou a criação da primeira lei de âmbito nacional sobre o assunto em 2004 (BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004).

No entanto, um ano antes e de forma pioneira no Brasil, o Governo de Minas Gerais realizou o primeiro Programa de Plano Estadual que regulamentava as Parcerias Público-Privadas, estabelecendo os requisitos e os possíveis objetos de parceria. As PPPs representam uma inovadora forma de relacionamento entre Governo e setor privado, uma vez que são realizados contratos de concessão, com uma data limite de duração e, assim, havendo um compartilhamento de gestão e de risco. Portanto, o lado público tem a sua demanda de serviço realizada com a ajuda do capital privado, enquanto a concessionária tem a oportunidade de explorar tal infraestrutura e/ou serviço em busca de uma lucratividade.

Como principais passos a serem realizados para a implementação de tais parcerias é necessário, respectivamente, a elaboração de uma proposta preliminar de valor mínimo de R\$ 20.000.000,00; a análise, aprovação e inclusão desta ao Plano Estadual de PPP; uma modelagem do contrato de parceria; uma consulta pública do projeto; e, por fim, a aprovação e licitação do contrato com prazo entre 5 e 35 anos.

Com o déficit em infraestrutura no sistema carcerário, o Governo de Minas Gerais firmou um contrato de PPP com a concessionária denominada Consórcio GPA com o objetivo de construir e gerir o primeiro presídio de gestão compartilhada do Brasil.

### **3.2 Relações entre o Consórcio GPA e o Estado de Minas Gerais**

A Concessionária Gestores Prisionais Associados S.A. (GPA) é um agrupamento formado por cinco empresas: CCI Construções S.A, Construtora Augusto Velloso S.A., Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços, N.F. Motta Construções e Comércio e o Instituto Nacional de Administração Prisional - Inap. O grupo, por meio de uma licitação realizada no ano de 2009, tornou-se o grande responsável administrativo do projeto Complexo Penitenciário PPP com a assinatura de um contrato de concessão por 27 anos e podendo ainda renovar por mais cinco. Através deste, o consórcio assumiu o compromisso de construir a infraestrutura da penitenciária desde a sua fundação e geri-lo pelo período acordado.

O contrato foi assinado entre a Concessionária e a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) como interveniente-anuente, ou seja, participando e concordando com o contrato. A SEDS foi criada no ano de 2003 com a junção de duas antigas secretarias (de segurança e de justiça) e tem por objetivo delinear a política de segurança pública do Estado de Minas Gerais através do modelo de “Gestão por Resultados”, ou seja, metas específicas para o combate à criminalidade. Tais propósitos estão englobados em quatro grandes blocos: reforma e profissionalização do sistema prisional; atendimento às medidas socioeducativas; integração policial; e prevenção social da criminalidade. A SEDE, por sua vez, também foi criada em 2003 e tem como objetivo a criação de condições favoráveis para a atração de investimentos através do trabalho integrado com empresas públicas, autarquias e o setor privado.

O contrato do Complexo Penitenciário PPP, por se tratar de um projeto pioneiro em segurança pública, é considerado emblemático, uma vez que houve um esforço jurídico enorme para que ele pudesse ser considerado legal. Além disso, por se tratar de um tema bastante complexo, o contrato teve muitas mudanças ao longo de sua execução e houve a necessidade de se criar um dicionário de conceitos para que as interpretações de suas informações fossem realizadas de forma única por todos os parceiros. O projeto é considerado uma espécie de laboratório para todos os envolvidos e, desta forma, o consórcio GPA e o Estado de Minas Gerais se encontram em uma curva de aprendizagem jurídica e operacional.

O modelo de contrato do complexo penitenciário é definido como uma parceria público-privada do tipo administrativa, cuja fonte de renda da concessionária se dá exclusivamente por meio de parcelas fixas dos cofres do Estado. Vale ressaltar que o custo por preso na PPP é mais caro do que nas cadeias tradicionais de Minas Gerais. Para que este investimento estatal seja justificado com uma garantia de qualidade do serviço prestado pela GPA, o contrato prevê que haja indicadores de desempenho que mensurem quantitativamente o nível de competência dos procedimentos e da infraestrutura do consórcio. Indicadores estes, que são verificados por um terceiro ator, contratado do Estado e localizado dentro do presídio, a multinacional Accenture.

### **3.3 O Verificador Independente – Accenture**

A Multinacional Accenture é uma empresa de consultoria de gestão, tecnologia da informação e *outsourcing* que o Estado firmou um contrato de três anos, podendo ainda renovar por mais dois, para atuar como Verificador Independente (V.I.). Por não possuir experiência prévia como V.I, nem em presídios, ela precisou de seis meses de pesquisas e testes para que pudesse realizar este papel quando o Complexo fosse inaugurado. Sua responsabilidade engloba o alinhamento dos interesses de ambos os lados, reduzindo a possibilidade de prejuízos na qualidade dos serviços e na questão financeira. Ela assume, portanto, o compromisso de avaliar os indicadores de desempenho, calcular o valor das contraprestações pagas pelo Estado ao Consórcio e dar auxílio na resolução de possíveis conflitos e na revisão das metas e dos indicadores de desempenho do projeto.

O grupo efetua um trabalho dentro da Penitenciária de verificação quase diária da infraestrutura do Complexo, realizando registros quantitativos e qualitativos de cada um dos 380 indicadores de desempenho. Em relação às celas, elas são sorteadas aleatoriamente por um sistema de verificação, próprio da Accenture, que gera uma amostragem confiável para inferir o resultado geral da qualidade do serviço prestado. Assim, notas são atribuídas e um relatório mensal com uma análise crítica para revisões é apresentado ao Governo e ao Grupo GPA. A concessionária, que também possui suas verificações próprias, discute possíveis divergências entre ambas apurações, atingindo um resultado final que se traduz em possíveis descontos no pagamento do público ao privado. Estes descontos estão relacionados a níveis



mínimos de qualidade estabelecidos pelo Governo, ou seja, notas mínimas nos diferentes quesitos avaliados pelo verificador que, se não forem alcançadas, geram um desconto no pagamento das prestações.

### **3.4 Contexto Histórico de Ribeirão das Neves**

A cidade de Ribeirão das Neves, que se localiza na região metropolitana de Belo Horizonte, foi a escolhida para abrigar este novo presídio PPP. Localizada a 32 km de distância de Belo Horizonte e com acesso por três rodovias, atualmente é considerada uma cidade dormitório com a maior parte de sua população trabalhando na capital mineira ou em municípios vizinhos. Tal escolha gerou uma grande polêmica para a cidade e seus moradores, uma vez que o histórico desta é intrínseco aos complexos penitenciários.

O primeiro povoamento na área teve início em meados do século XVIII, porém o grande impulso populacional ocorreu com a inauguração de uma Penitenciária Agrícola, a PAN (Penitenciária Agrícola de Neves), no ano de 1938, quando a região ainda pertencia ao município de Contagem. Com a construção da PAN, Ribeirão das Neves se expandiu e se projetou nacionalmente nos anos posteriores, conquistando sua emancipação no ano de 1953, e serviu como cidade modelo para a construção de outras cadeias. Atualmente, Neves abriga quatro penitenciárias masculinas e uma feminina<sup>1</sup>, o que além de sobrecarregar alguns serviços públicos, como os hospitais e a Comarca, gera um forte estigma negativo sobre a cidade e seus munícipes.

---

<sup>1</sup> As penitenciárias da cidade são: Penitenciária José Maria Alkimin, Presídio Antônio Dutra Ladeira, Presídio Feminino José Abranches Gonçalves, Presídio Inspetor José Martinho Drummond e o Complexo Penitenciário PPP.

## **4. As diferentes visões sobre o Complexo PPP**

### **4.1 Diretores(as) e corpo estratégico**

Diferentemente dos presídios de gestão direta, a PPP possui dois diretores gerais, um público, responsável pelas funções do Estado, e um privado, maior representante do consórcio no Complexo. Além dos diretores gerais, há também dois diretores distintos para cada unidade do Complexo. Apesar de possuírem funções diferentes, há um aparente alinhamento estratégico de todo o corpo diretivo.

A meta principal, no momento atual, é a finalização do projeto, ou seja, operar o mais cedo possível em plena capacidade. Nesta fase de maturação, a direção também busca aperfeiçoar as normas e os procedimentos de modo que estejam otimizados e agradem tanto os presos como os funcionários. Em conversa com os diretores gerais, constata-se que a gestão de pessoas é o maior desafio enfrentado. A PPP possui um número enorme e diversificado de atores envolvidos, representando assim o maior risco para o negócio, na visão do corpo diretivo.

Apesar de ser um projeto com riscos envolvidos em toda sua execução, a GPA afirma que enfrentou mais desafios na fase inicial do empreendimento. As discussões jurídicas, a resistência da população de Ribeirão das Neves e a falta de experiência operacional foram algumas das adversidades superadas. Atualmente, o corpo estratégico avalia os atuais resultados como satisfatórios e possui boa perspectiva para o futuro do negócio, já que o contrato dá garantias financeiras, por meio de contraprestações e reequilíbrios econômicos, e de demanda (90% da capacidade total) que viabilizam a lucratividade do consórcio.

### **4.2 Funcionários(as)**

Os funcionários que trabalham no Complexo Penitenciário podem ser divididos em aqueles que estão sob função do Estado e aqueles sob função da GPA. Os serviços que abrangem a vigilância interna, a prestação de serviços assistenciais, a manutenção da infraestrutura e os demais serviços realizados na operação interna do presídio são de responsabilidade do parceiro privado, enquanto os serviços que

abrangem a segurança externa e a movimentação dos condenados são de responsabilidade do parceiro público.

Por parte dos funcionários da GPA, uma equipe bastante motivada pelo projeto foi escolhida. De acordo com eles, o desafio de trabalhar em um complexo penal é encarado como uma grande oportunidade de carreira, já que a maioria não possuía experiência prática no sistema prisional. O estafe da área de atendimento contempla os serviços médico-clínico, odontológico, de enfermagem, psiquiátrico, psicológico e sociais. Além destes, há o plantel administrativo, os professores e os monitores de segurança. Monitores estes que não possuem poder de polícia e carregam consigo apenas um bastão de borracha para situações de legítima defesa (em caso de necessidade de uso de força, o plantel estatal de intervenção é convocado). Por fim, há também os funcionários da área jurídica, de limpeza e de alimentação, que são terceirizados.

A equipe pertencente ao Estado, em maioria, possui familiaridade com o sistema prisional com passagem por outras penitenciárias. A moderna infraestrutura e o projeto inovador são os principais fatores que incentivam o trabalho na PPP, segundo tais funcionários. Uma parte do estafe chegou a receber um treinamento específico da SEDS antes do início das operações, demonstrando o esforço do Estado no projeto. As áreas englobadas pelo plantel estatal são GIR (Grupo de Intervenção Rápida), GETAP (Grupo de Escolta Tática Prisional), grupo de inteligência, área administrativa, setor de muros e portarias.

### **4.3 Presos**

Com as atuais instalações, a PPP tem capacidade para abrigar em torno de 1600 detentos e ao término das obras, o número será maior que 3000. Contudo, o Complexo Penal possui um contingente diferente dos outros presídios. Não há presos provisórios, aqueles em condição de pré-julgamento, nem os de alto risco ou periculosidade, como membros de facções criminosas, estupradores, pedófilos e delatores. Há, portanto, uma seleção dos detentos com a justificativa de que estes podem acarretar em custos maiores e colocarem em risco o andamento do projeto, que se encontra em fase de maturação. Por conta deste momento de aprendizagem,

a PPP ainda não consegue oferecer estudo e trabalho a todos os seus presos, criando opiniões divergentes entre eles sobre a penitenciária.

Para os detentos que utilizam das oportunidades de trabalho e emprego oferecidas pela GPA, a opinião dos mesmos é de total acordo com o projeto. Eles ressaltam a qualidade da infraestrutura, tanto das celas quanto das áreas de atendimento e educação, e dos itens básicos de higiene fornecidos. Também elogiam a atuação dos monitores como menos hostis quando comparadas a dos agentes penitenciários de outras prisões, desenvolvendo um ambiente mais respeitoso e seguro. Os detentos e suas respectivas famílias enxergam a PPP como a melhor alternativa para o cumprimento da pena.

Entretanto, há alguns presos que possuem críticas ao projeto, sobretudo aqueles que não trabalham ou estudam no Complexo Penal. As atividades em sala de aula ou em oficinas de trabalho não são obrigatórias, porém a falta de vagas gera uma enorme insatisfação entre aqueles que gostariam de estar exercendo alguma função. Segundo eles, a limitação de empréstimos de livros, o tempo máximo de 5 minutos no banho e o acesso difícil da família ao presídio são alguns dos pontos negativos da PPP, apesar de todos exaltarem o alto nível das instalações da mesma.

#### **4.4 Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais**

O Governo do Estado de Minas Gerais deseja de forma explícita o sucesso do projeto PPP em penitenciária. Para que os objetivos possam ser alcançados, a SEDS criou uma unidade específica composta pelos funcionários envolvidos com o trabalho do Complexo Penitenciário: a USPPP (Unidade Setorial PPP). A fim de garantir o empenho dos funcionários no projeto, formulou-se também, o Acordo de Resultados.

O Acordo de Resultados é um modelo de meritocracia para o desempenho dos funcionários da USPPP. Ao início de cada ano, os indicadores e as metas a serem cumpridas são elaboradas por cada equipe de trabalho. Ao alcançar as metas, há uma bonificação salarial proporcional ao salário base. A pactuação de resultados atinge diferentes cargos da PPP, desde o auxiliar de inteligência que trabalha dentro do Complexo até o gestor do contrato que trabalha na cidade administrativa (sede da

USPPP), à medida que garanta a produtividade e a mobilização dos funcionários em prol do projeto.

Assim como os diretores e o corpo estratégico do complexo penal, a SEDS avalia positivamente os resultados até então apresentados. A PPP, além de ser midiática, é considerada cadeia modelo no sistema prisional. Por isso, o Estado tem designado bons funcionários, alocado grande quantidade de capital e selecionado os presos menos problemáticos para a PPP, de modo que ela seja a vitrine que justifique a construção de futuros complexos de parceria público-privada no Estado.

#### **4.5 População e autoridades de Ribeirão das Neves**

A cidade de Ribeirão das Neves é muito estigmatizada pela sua origem, ligada à penitenciária José Maria Alkimin (antiga PAN), e pelos seus outros cinco presídios. O forte estereótipo negativo com os nevenses faz alguns munícipes preferirem omitir a sua origem, enquanto as autoridades tentam reduzir o impacto das cadeias em Ribeirão das Neves sem desvalorizar a história do município. Desta forma, a maioria da população manifestou, através de protestos, sua posição contrária à chegada de mais um presídio na cidade, uma vez que tal acontecimento poderia aumentar o estigma em seus habitantes e sobrecarregar em grau ainda maior seus serviços públicos.

Em uma reunião pública da GPA realizada em julho de 2011, a população demonstrou grande insatisfação por não ter sido consultada previamente sobre a instalação do complexo penal. Para a Associação dos Cidadãos pelo Bem Nevense, tal reunião teve caráter unicamente informativo sobre o projeto. Na mesma reunião, autoridades e personalidades municipais, como membros da OAB, políticos de oposição, coletivos e ONGs, lamentaram a postura omissa dos representantes da época e também possuem a visão de que, por mais tecnológico e inovador que seja o projeto, o principal problema são os reflexos ruins deste para a cidade e seus cidadãos.

## **5. Outras penitenciárias e iniciativas em segurança pública**

### **5.1 Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP) é uma iniciativa do governo de Minas Gerais vinculada à SEDS que tem como meta favorecer o acesso do egresso aos direitos sociais. As principais medidas do programa são o auxílio aos direitos previstos na Lei de Execuções Penais e as oportunidades de capacitação profissional para inclusão no mercado de trabalho formal. Apesar da presença de oficinas de trabalho nas penitenciárias, a capacitação profissional do egresso é necessária porque o trabalho nas cadeias está mais relacionado com a remissão e controle dos presos do que com a qualificação/ressocialização do mesmo. O PRESP atende apenas uma parcela da população carcerária, já que a adesão do egresso à iniciativa não tem caráter obrigatório. O PRESP de Ribeirão das Neves atende tanto os egressos da PPP como os pré-egressos, ou seja, dialoga com aqueles que estão no estágio final do cumprimento da pena de modo a conseguirem adesões e a evitarem a reincidência criminal.

### **5.2 Fica Vivo!**

Assim como o PRESP, o projeto Fica Vivo! é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais presente em diferentes cidades do Estado. Contudo, o trabalho do Fica Vivo! é direcionado à prevenção da criminalidade nos jovens de faixa etária entre 12 e 24 anos. Por meio de oficinas esportivas, culturais e educacionais em áreas com alto índice de criminalidade, o projeto visa à aproximação de seus profissionais com os jovens residentes dessas áreas em questão. Além da aproximação estratégica realizada por meio de atividades e diálogos, o Fica Vivo! também desenvolve ações de intervenção estratégica e proteção social. A primeira é um conjunto de medidas realizadas em parceria com o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia e as prefeituras municipais e a segunda é realizada através da constituição de redes locais de assistência e atendimento psicossocial.

### **5.3 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados**

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, conhecida como APAC, é uma entidade alternativa para cumprimento de pena existente em diversas cidades do Estado de Minas Gerais. Através da reintegração social, a APAC objetiva promover entre os recuperandos (modo como são chamados seus presos) a humanização e a sua respectiva recuperação.

Diferentemente do sistema carcerário comum, o método utilizado na associação tem como principais responsáveis pela segurança interna e pelos atos disciplinares os próprios recuperandos, com o auxílio de funcionários. Assim, a entidade não conta com a presença de policias e nem de agentes penitenciários. Vale ressaltar que a iniciativa não recebe qualquer tipo de condenado, há uma seleção de detentos, semelhante à que ocorre na PPP, com perfil condizente à filosofia do programa. Deste modo, os recuperandos recebem assistência psicológica e, através da religiosidade e do tratamento respeitoso e ordenado, objetivam valorizar o ser humano em detrimento do criminoso para, assim, acabar com a reincidência.

### **5.4 Tornozeleiras**

As tornozeleiras eletrônicas foram implementadas no Estado de Minas Gerais como uma forma alternativa de cumprimento penal que ajuda no problema da falta de vagas do sistema carcerário comum, além de diminuir os gastos do Governo e auxiliar com um maior controle de fiscalização dos condenados que cumprem suas penas fora das penitenciárias. O equipamento possui um sistema GPS de localização e uma bateria que deve ser recarregada pelos próprios, sendo esta uma obrigação que pode se reverter em penalidades gravíssimas. O projeto visa ser mais uma alternativa para o processo de humanização dos presos, uma vez que estes continuam sendo fiscalizados diariamente mas podem buscar a sua readaptação à sociedade. A escolha dos presos é realizada pelo juiz da Vara de Execuções Criminais junto ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI).

## **5.5 Complexo Penitenciário Nelson Hungria**

A penitenciária Nelson Hungria é um presídio de gestão direta (administração 100% estatal) e de segurança máxima localizado em Contagem, região metropolitana da capital mineira. Inaugurado em 1988, o presídio tem capacidade para comportar 1600 presos distribuídos em 17 pavilhões de celas, além de anexos e oficinas de trabalho. Diferentemente do Complexo Penal PPP, a Nelson Hungria recebe todos os tipos de presos, como os provisórios e os de alto risco ou periculosidade. Além disso, a Nelson Hungria opera com uma taxa de superlotação de 18%, circunstância expressamente proibida nos contratos de Parceria Público Privada. Apesar do excesso de presos e da infraestrutura relativamente pior que o Complexo Penal, a Nelson Hungria é referência em organização e segurança para as cadeias do Estado de Minas Gerais.



## 6. Conclusão e comentários finais

Com a realização de entrevistas, pesquisas e observação, a dupla pode conhecer as principais operações e influências do Complexo Penitenciário PPP, assim como seu contexto no sistema prisional. Contudo, uma análise crítica mais profunda demandaria um período maior de imersão ao campo, pois o breve tempo *in loco* não foi capaz de quebrar o modelo “vitrine” de apresentação do projeto, o qual a equipe esteve sujeita. O grupo tentou neutralizar as influências positivas deste tipo de apresentação e pode elencar algumas ponderações ao término da experiência.

O objetivo de um contrato de PPP é dar eficiência aos serviços públicos por meio da gestão compartilhada com a iniciativa privada. A premissa de que o Estado é incapaz de gerir uma penitenciária do porte do Complexo Penal PPP faz do consórcio GPA, até o momento, bem sucedido ao conseguir manter, juntamente com o plantel estatal, um presídio com infraestrutura de nível superior aos de Minas Gerais e lucrar com o exercício de suas operações. O grau de eficiência do serviço prestado, todavia, só pode ser mais bem avaliado quando a penitenciária estiver em plena capacidade e em um estágio posterior ao da curva de aprendizagem.

Além do macro objetivo de um contrato de parceria público-privada, a construção de um presídio neste modelo inovador de gestão tem por objetivo o melhor cumprimento da Lei de Execuções Penais (LEP) e o aumento da taxa de ressocialização. A PPP, na visão dos presos e dos demais atores envolvidos, consegue proporcionar condições mais dignas aos detentos, em comparação às demais cadeias da região, e, portanto, garantir os direitos humanos previstos em lei. Entretanto, este trabalho de ressocialização não se mostra tão sólido quanto o do modelo APAC. O melhor cumprimento da LEP, fruto da execução dos indicadores de desempenho contratuais e da qualidade da infraestrutura, não é suficiente para exercer uma diminuição significativa da reincidência criminal, que é uma dificuldade geral das penitenciárias brasileiras.

Admitindo como situação hipotética que o Complexo Penal PPP alcance, após a atual fase de aprendizagem e término das obras, o grau de eficiência desejado e o cumprimento dos objetivos propostos, o presídio pouco resolveria os problemas da

segurança pública brasileira. Os programas PRESP e Fica Vivo! são exemplos que comprovam que tais impasses necessitam de ações além do âmbito do sistema prisional e, nesta suposição, a PPP seria uma ilha de excelência operacional isolada. Por fim, a política pública de longo prazo do Estado para enfrentar este desafio deve ser a construção de outras penitenciárias de parceria público-privada, justificando o enorme esforço e motivação dos atores envolvidos em legitimar o modelo do primeiro Complexo Penitenciário de parceria público-privada do Brasil.

## 7. Referências

Informações retiradas de entrevistas com diretores(as) e funcionários(as) da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, do Complexo Penitenciário PPP de Ribeirão das Neves, da Multinacional Accenture, do PRESP de Belo Horizonte, do Fica Vivo! de Santa Luzia, da APAC de Nova Lima, do Tornozeleiras de Belo Horizonte e do Complexo Penitenciário Nelson Hungria de Contagem; com presos do Complexo Penitenciário PPP, da APAC e do Complexo Penitenciário Nelson Hungria; e com a Prefeitura, a Vara de Execuções Penais e os(as) moradores(as) da cidade de Ribeirão das Neves.

Outro meio de consulta bastante importante para a realização de nossa pesquisa foi o Contrato de Concessão Administrativa para Construção e Gestão do Complexo Penal celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Defesa Social e interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, e Gestores Prisionais Associados S/A – GPA.

Fontes eletrônicas:

Câmara Municipal de Ribeirão das Neves <http://www.cmrn.mg.gov.br/> . Acessado em Agosto de 2014;

Site da SEDS <http://www.sede.mg.gov.br/> . Acessado em Agosto de 2014;

Site da SEDE <http://www.sede.mg.gov.br/> . Acessado em Agosto de 2014.